

# EDIÇÃO EXTRA



Boletim Informativo do Sindicato dos Professores no DF – Ano 27 – Nº 347 – 12 de março de 2021

## CLASSE TRABALHADORA DEVE ESTAR UNIDA NA LUTA PELA VIDA E CONTRA O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

**E**stamos num ano dos mais difíceis que a classe trabalhadora já enfrentou na história recente do Brasil. Começamos o ano letivo 2021 sob a tensão da segunda onda da pandemia da Covid-19. Enquanto o vírus se renova todo dia em variantes cada vez mais letais, os governos federal e local mantêm a política da inoperância no combate à crise sanitária para não investir o dinheiro público na saúde e no auxílio emergencial para a classe que precisa da ação eficiente e da proteção do Estado.

Por causa dessa política neoliberal do governo Jair Bolsonaro (ex-PSL), que conta com apoio da maioria dos parlamentares do Congresso Nacional, o Brasil explode em sucessivas crises com alto índice de mortalidade. Não é só a peste que está matando brasileiros diariamente: a política econômica neoliberal de desviar o dinheiro público para o sistema financeiro e o desmonte dos serviços públicos são o principal motivo do descontrole da pandemia e da crise econômica.

Essa política econômica, que se mostra como política da morte, adentra o ano com força, deixando, em 2021, seu rastro lúgubre e consequências nefastas, geralmente, sem volta, na vida de cada um de nós, da população em geral e, como não poderia deixar de ser, com impactos trágicos na educação e saúde públicas e em todos os setores dos serviços do Estado. Para contrapor a essa situação, mantivemos e intensificamos as

lutas advindas de outros anos e as novas lutas impostas pelo neoliberalismo e pela pandemia.

Desde o primeiro dia de 2021, travamos uma luta ferrenha contra o ataque brutal que o governo Bolsonaro tem feito ao Estado nacional com Propostas de Emenda à Constituição (PEC), projetos de lei e Medidas Provisórias que desmontam o Estado de bem-estar social e os serviços públicos para mercantilizar e privatizar direitos fundamentais. Trata-se de levar ao extremo a economia neoliberal, adotada, por meio do golpe de Estado de 2016, que prossegue em pleno e ousado aprofundamento neste governo.

Aproveitam a pandemia para elaborar aberrações jurídicas e legislativas contra a classe trabalhadora dos serviços públicos e da iniciativa privada. Estamos na luta, sem intervalo e sem descanso, para impedir que os governos federal e local eliminem ainda mais direitos trabalhistas dos servidores, retirem mais recursos financeiros

públicos da educação e da saúde e privatizem todos os direitos sociais assegurados na Constituição.

A realidade brasileira mostra que o raciocínio é o contrário do que dizem a mídia comercial e os políticos representantes do mercado: não foi a pandemia que levou à crise econômica, e sim, a crise econômica neoliberal, uma crise adotada como política de Estado pelo governo Bolsonaro, que intensificou a pandemia ao não investir o dinheiro público no seu combate.

Localmente, o governo Ibaneis Rocha (MDB) segue a cartilha econômica do governo federal e é



por isso que a pandemia grassa descontrolada no Distrito Federal; menor unidade da Federação que poderia estar dando um show de competência no controle da peste. Também mantém a política do governo anterior, Rodrigo Rollemberg (PSB), de congelamento dos salários. E com isso lá se vão 7 anos sem reajuste salarial! Esse é um tema que urge estar na pauta do governador Ibaneis até por causa da retomada da inflação e da velocidade com que ela tem modificado preços em todos os itens de consumo. Basta ver os alimentos, que têm preços majorados diariamente. Também a gasolina, que tem sofrido reajuste várias vezes na semana e que já ultrapassou os R\$ 5 o litro. A pauta do reajuste foi reapresentada ao governo pela comissão de negociação, na primeira reunião deste ano, com a perspectiva de dar início às negociações no cronograma estabelecido com a Secretaria de Educação.

Mas isso não basta. Temos tido derrotas nacionais e locais. Nossa categoria precisa estar forte e unida na luta pelo concurso público para professor e orientador educacional e outras lutas necessárias. Lembramos que o concurso público foi, praticamente, eliminado da política do Estado brasileiro pela PEC 186/2019, aprovada nesta semana. Com isso, nossas reivindicações retomam a mesma ação dos anos anteriores ao da promulgação da Constituição de 1988. Voltamos no tempo. Também lutamos pela nomeação de professores que estão no cadastro reserva, aguardando para

ocupar as vagas da rede. A categoria precisa aderir e participar ativamente da campanha do Sinpro-DF pela vacina, que está em curso.

A nossa categoria começa, portanto, 2021, com o acúmulo das lutas advindas de outros anos, aprofundadas em 2020 e intensificadas agora, com o endurecimento, pela PEC 186/19, da Emenda Constitucional nº 95/2016, do Teto de Gastos, que congelou por 20 anos o investimento do dinheiro público do Brasil nos serviços essenciais e primários.

Impedida de ir às ruas pela necessidade do distanciamento, não pudemos ocupar os espaços públicos presencialmente, mas estamos presentes nas redes sociais ocupando os territórios virtuais em que podemos defender uma política de Estado que proteja a vida e os interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Contudo, apesar de todas as limitações, a diretoria colegiada do Sinpro-DF tem enfrentado os riscos da pandemia e cumprido a agenda presencial da luta da classe trabalhadora não só em reuniões com o governo e o Parlamento, mas também nas mobilizações presenciais necessárias. Reafirmamos que é preciso, urgentemente, haver participação ativa e adesão coletiva e fraterna, com unidade e perseverança, de toda a nossa categoria nas lutas virtuais do Sinpro-DF.

Estamos na linha de frente das ações contra todas as iniciativas mercantilistas, privatistas e de rapinagem do Estado pelo governo Bolsonaro, que é, declaradamente, contra o funcionalismo e os serviços públicos. Cobramos, diariamente, a vacinação em massa da população. O Brasil sempre foi exemplo bem-sucedido de campanhas de vacinação eficientes, executadas por servidores(as) públicos(as) da Saúde. Hoje, não passa de um fiasco mundial por falta de uma política de combate à pandemia e da destruição, cotidiana, do Estado brasileiro. De exemplo internacional, passou a ser vexame mundial.

Na atuação virtual, é preciso assegurar a participação total de nossa categoria para impedir a volta às aulas presenciais sem vacinação e sem capacidade estrutural das escolas para receber milhares de pessoas que circulam nelas. Precisamos de unidade e adesão intensa para impedir aprovação de propostas como a PEC 32/2020 (reforma administrativa) e outros ataques que, certamente, irão surgir.

E reforçamos: é preciso que a categoria assuma a campanha do Sinpro-DF pela vacinação em massa e prossiga nela até que consigamos a plena imunização de todo o Distrito Federal e na nova campanha, a ser deflagrada em breve, de acompanhamento do governador Ibaneis Rocha pelas redes sociais, cobrando a vacina.

## ***Diante da situação, propomos o seguinte calendário de luta do Sinpro-DF, CUT e CNTE***

**O retorno às aulas presenciais fica condicionado à vacinação e adequação das escolas, que devem atender todos os protocolos de segurança sanitária para coibir a transmissão da covid-19**

**14 de março:** Aniversário do Sinpro-DF

**24 de março:** Lockdown da classe trabalhadora em defesa da vida, da vacina e dos direitos

**24 de março:** tuitaço julgamento para o TJ deferir a última parcela do reajuste salarial

**25 de março:** Lançamento do Coletivo dos Professores Temporários

**28 de março:** Dia Nacional de Mobilização e Reforço das Ações de Solidariedade. Um dia dedicado à coleta de recursos, alimentos, itens de higiene e apoio à saúde. Utilizar as sedes de sindicatos, partidos, movimentos, igrejas e espaços públicos, etc. (encaminhado na 2ª Plenária nacional de organização das lutas populares)

**Março e abril: Assembleias Regionais**

**7 de abril:** Dia Mundial pela Vacina para Todos e Todas e Quebra das Patentes

**28 de abril:** Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho (a ser incorporado nas atividades da semana do 1º de Maio)

**1º de Maio:** Dia de Luta da Classe Trabalhadora (agenda e atividades a serem definidas, com uma semana de atividades dos Estados e Ramos, antecedendo a data, cujas orientações ainda serão enviadas)

**13 de maio** – Assembleia Geral

**De fevereiro a agosto de 2021 Centenário de Paulo Freire:** a Participação Social nos rumos Democráticos do Brasil

**26 de abril a 1º de maio** 22ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Escolar e Básica, Pública e Estatal

